

# PRISÕES, EXPULSÕES, ESPIONAGEM. EIS A “USP TOLERÂNCIA ZERO”

Pedro Estevam da Rocha Pomar e Flávia Telles  
Equipe da Revista Adusp

*A escalada de intolerância na USP iniciou-se em setembro de 2011, quando o reitor Grandino Rodas assinou convênio com a Secretaria de Segurança Pública para aumentar a presença da PM no campus do Butantã a pretexto de coibir a criminalidade. De lá para cá ocorreram vários incidentes envolvendo PMs e estudantes; uma operação militar de envergadura para reintegrar a posse do prédio da Reitoria; outras duas reintegrações (DCE e Coseas); detenção de 85 estudantes; expulsão de 6 alunos; processos contra dirigentes do Sintusp e da Adusp... E um escândalo de espionagem institucional que a Reitoria finge desconhecer*



A disposição do reitor João Grandino Rodas de resolver *manu militari* os seus conflitos com as entidades representativas e o movimento estudantil da USP adquiriu visibilidade máxima no decorrer da madrugada de 8 de novembro de 2011, quando a Polícia Militar, atendendo a um mandado de reintegração de posse emitido pela justiça a pedido do Magnífico, empregou metade de um batalhão — cerca de 400 policiais do Batalhão de Choque e da Cavalaria, do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) e do Grupo de Operações Especiais (GOE) — e um helicóptero Águia para desocupar o prédio da Reitoria, que um grupo de alunos havia ocupado dias antes.

A ocupação da Reitoria por estudantes foi uma reação à decisão de Rodas de firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública, em setembro de 2010, para patrulhamento do campus do Butantã por contingentes da PM; e, particularmente, uma resposta à detenção de três alunos acusados de fumar maconha. A desocupação, por sua vez, foi um espetáculo planejado, destinado a impressionar e intimidar, e contou com a anuência do governador e seu apoio explícito: “Os estudantes precisam ter aula de democracia” (*Jornal da Tarde*, 8 de novembro), pontificou Geraldo Alckmin (PSDB). Embora governo e PM tenham alardeado o caráter supostamente cirúrgico da operação, com uso limitado de força física, alunos foram agredidos no Conjunto Residencial (Crusp) e, dentro da Reitoria e a distância segura das lentes dos re-



Operação da PM na USP, 8/11/2011

pórteres de imagem, uma aluna foi espancada por PMs da tropa de choque. Encerrada a desocupação, 73 pessoas foram detidas e conduzidas ao 91º Distrito Policial (DP).

No dia 19 de fevereiro, domingo de Carnaval, quando se encontrava deserto o campus central, nova operação da PM foi desfechada, desta vez contra os estudantes que haviam ocupado salas da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) para fazer delas moradias. Doze alunos foram presos, inclusive uma grávida e uma menor de idade. De início, o noticiário da mídia atribuiu caráter pacífico à ação policial, novamente respaldada por mandado judicial; mas vários depoimentos con-

testaram a versão oficiosa. Porém, de certo modo, a maior violência ocorrera já em dezembro de 2011, quando o reitor “eliminou” (conforme a terminologia do Regimento Geral de 1972, ainda em vigor) seis alunos implicados na ocupação da Coseas, ao final de um simulacro de processo disciplinar. O assunto será retomado mais à frente; mas assinamos aqui que em 2 de março foi publicada a liminar de reintegração de um desses alunos.

No final de fevereiro de 2012, a gestão Rodas escolheu um novo alvo: anunciou, em carta ao jornal *O Estado de S. Paulo* com a qual respondeu a um editorial, a interpe-  
lação judicial de todos os dez mem-

bros da direção executiva da Adusp. Motivo da querela: o reitor, alegadamente incomodado com uma frase pinçada do citado editorial, viu nela calúnia e difamação; e desse modo se declarou à 1ª Vara Criminal de São Paulo possível vítima de “crime contra a honra”.

Repressão policial ostensiva nos *campi*, bem como um assustador número de sindicâncias e processos instaurados pela Reitoria contra funcionários, alunos e agora até contra a direção da Adusp — eis as faces visíveis do comportamento autoritário da gestão Rodas no relacionamento com as categorias da USP. Mas há fortes indícios de uma terceira face, cuja existência seria difícil de se imaginar num país civilizado.

Documentos divulgados pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) sugerem que a Reitoria montou um aparato ilegal de espionagem, voltado contra as entidades e movimentos sociais atuantes na universidade. A rede de espões é estranha aos quadros da USP, como se depreende da leitura dos relatórios por eles produzidos em 2010. A origem dos relatórios é uma certa “Sala de Crise”, órgão inexistente nos organogramas da universidade. O gerenciamento da “Sala de Crise”, por seu turno, parecia caber a Ronaldo Pena, então diretor da Divisão Técnica de Operações e Vigilância da Coordenadoria do Campus (DOV) e responsável pela Guarda Universitária. E a quem Pena se reporta? A julgar por um detalhado e revelador e-mail enviado em outubro de 2011, a ninguém menos do que o professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete do reitor.

*A base do dossiê é o documento denominado “Relatório USP”, tendo como autor “Sala de Crise” e destinatário Ronaldo Pena, diretor da DOV. A leitura permite concluir que a Reitoria contratou um serviço de espionagem das atividades do Sintusp, DCE, Adusp e outros grupos*

O caso foi publicado, em primeira mão, pela revista *Fórum*, edição de janeiro de 2012 (“Uma história de espionagem na USP”, p. 12). *Fórum* conseguiu, ainda, a proeza de obter uma entrevista de Grandino Rodas, concedida, porém, antes que ela tivesse acesso aos papéis da “Sala de Crise”. Posteriormente convidado a responder às questões que o caso suscita, o reitor desconversou. Ficou de entrar em contato com a revista, mas não o fez. Desde então, permanece em absoluto silêncio sobre o caso.

A base do dossiê é um documento incompleto de 27 páginas, sem timbre oficial, denominado “Relatório USP”, tendo como autor “Sala de Crise” e como destinatário o citado Pena, diretor da DOV. A página inicial é encimada pela expressão “relatório confidencial” e leva, como reforço, o carimbo *confidencial*. A leitura permite concluir, por

seu teor e pelo detalhamento encontrado, que a Reitoria contratou um serviço de espionagem sistemática das atividades do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), DCE, Adusp e outros grupos.

O documento relata as fases de preparação e realização de uma greve dos funcionários técnico-administrativos em abril e maio de 2010 e elenca relatos freqüentemente minuciosos de reuniões, assembléias e conversas informais, nos moldes dos relatórios produzidos pelo antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e outros órgãos de repressão política. Será que a gestão Rodas pretende ressuscitar a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI, *Revista Adusp* 34, p. 37), de triste memória?

Depreende-se da leitura que o autor do documento, a par de não dominar a língua portuguesa, segue um esquema organizado; e não pertence aos quadros da USP. Examine-se, por exemplo, o seguinte trecho: “3º Dia – 30/4 – A pedido da Sala de Crise, não comparecemos na USP pois o mesmo [*sic*] nos informou que haveria nos dias 1 e 2/5 (sábado e domingo) um Congresso de alunos e seria interessante participarmos, já que o mesmo [*sic*] iria nos municiar com fotos e materiais diversos”. No dia 12/5, que vem a ser o “15º Dia”, há relatos de todos os pronunciamentos feitos na assembléia geral de greve, no Anfiteatro da História. Ao final, a seguinte observação: “Importante: as assembléias são realizadas na hora do almoço para ter bastante gente pois é formada [*sic*] na maioria por curiosos. Nas unidades quem está de greve está viajando. Quem



Na porta do ônibus que conduziu os alunos detidos na desocupação da Reitoria, e junto à “Tropa Rosa Choque”, o perigoso Danilo...

não tem dinheiro fica na greve meio período e depois vai para casa”.

Além de informações corriqueiras, planos de greve e detalhes financeiros também são relatados. “Na terça-feira, dia 25/5, irão fechar o prédio da Reitoria. Falaram sobre a isonomia salarial e na próxima quarta-feira, dia 26/5, haverá uma caravana para Campinas até a Unicamp. Esta caravana será para pedir ao reitor da Unicamp, que é o presidente do Cruesp, que atenda as solicitações do Fórum das 6”; “Durante a assembléia o Sr. Mário chamou atenção dos trabalhadores sobre o fundo de Greve e pediu que depositassem em uma sacola o que pudessem ajudar com dinheiro, dizendo que para ficar em greve é necessário dinheiro e o sindicato está com pouco. Em 10 minutos, foi arrecadado [sic] uma quantia de R\$ 430,00”.

Percebe-se a exposição de minúcias nos trechos em que o autor reporta o engajamento na greve ou não dos funcionários técnico-administrativos de vários dos órgãos e unidades de ensino da USP: Prefeitura (hoje Coordenadoria) do campus do Butantã, Escola de Comunicações e

Artes, Museu de Arqueologia e Etnologia, Coseas (“aparentemente a administração está contaminada”, registra o autor do relatório), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Faculdade de Direito, Crusp, Instituto de Geociências e outros, bem como os *campi* de São Carlos, Ribeirão Preto e Piracicaba.

*O papel mais impressionante data de 17/10/2011. Trata-se da reprodução de um e-mail enviado por Pena (repena@usp.br) ao professor Alberto C. Amadio (acamadio@usp.br), e que tem como assunto “Reunião CO”. Na mensagem, Pena relata ao chefe de gabinete do reitor fatos ocorridos em reunião fechada do Sintusp*

Indo além, cita pessoas individualmente, como a “estudante Paula”, João Zanetic (então presidente da Adusp), “Magno” [de Carvalho, um dos diretores do Sintusp]. O relatório é fartamente ilustrado por fotografias dos diferentes locais espiados, que o próprio autor diz haver produzido, mas que a baixa nitidez das xerocópias disponíveis não permite divisar com clareza.

O papel mais impressionante do dossiê, porém, data de 17 de outubro de 2011. Trata-se da reprodução de um e-mail enviado por Pena (*repena@usp.br*) ao professor Alberto Carlos Amadio (*acamadio@usp.br*), e que tem como assunto “Reunião CO”. Ou reunião do Conselho Universitário, cuja sigla na USP é CO, que se realizaria apenas no dia seguinte. Na mensagem, Pena transmite a Amadio “informações que interessam”. Relata ao chefe de gabinete do reitor fatos ocorridos em uma reunião fechada da direção do Sintusp — “a Malu propôs parar a Cocesp, usando do argumento da privatização dos ônibus (não teve apoio)” — e antecipa manifestações que viriam a ocor-

rer em reunião do CO: “um membro dos estudantes [sic] lerá um texto de protesto de professores da FFLCH e da Faculdade de Educação contra o reitor, falando sobre sua ligação com a direita e a burguesia, segundo eles, a placa indicando a revolução de 64 é um pensamento retrógrado dele; além disso, apresentarão um manifesto de quando o reitor participou da comissão de mortos no governo FHC durante a Ditadura que, segundo eles, ele votava contra o pagamento de indenizações aos mortos” [sic]. No final do *e-mail*, após elencar diversas informações de teor semelhante, Pena ainda adverte: “Ficaremos atentos aos movimentos. Alunos e sindicalistas com tons agressivos”.

Solicitamos ao professor Amadio que respondesse a algumas perguntas, diante de tão veemente evidência de espionagem institucionalizada. Antes de passarmos às suas respostas, porém, vale lembrar a peculiaridade de que a USP talvez seja a única universidade do mundo em que o reitor conta com dois chefes de gabinete: um deles, o próprio Amadio, pertence ao grupo da ex-reitora Suely Vilela; o outro, professor Celso de Barros Gomes, é ligado ao ex-reitor Adolpho Melfi (vide *Revista Adusp* 50, p. 85). Em abril de 2011, o reitor Rodas baixou a portaria 5.028, em que atribuiu a um e outro diferentes encargos. Reza o artigo 2º da portaria que ao professor Amadio cabe “a condução de assuntos especiais relativos a docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos”, “basicamente”, não havendo no texto a definição do que sejam esses “assuntos especiais”. Supõe-se, assim, que recebeu a incumbência de relacionar-se, em nome da Reitoria, com os movi-

mentos representativos das categorias.

Amadio negou a existência da “Sala de Crise”, sempre respondendo de forma indireta às questões encaminhadas por correio eletrônico pela *Revista Adusp* (vide quadro na p. 49): “Na Universidade não existe espaço físico, sequer um setor destinado para o desempenho de atribuição dessa natureza”, rebateu. Quando confrontado, no entanto, com o e-mail enviado por Ronaldo Pena, o chefe de gabinete claramente optou por tergiversar: “Recebo, com frequência, mensagens de servidores técnico-administrativos, docentes e alunos. Algumas se reportam a fatos já ocorridos, outras chamam atenção para possíveis ocorrências, que nem sempre se confirmam.”

Ao contrário de Amadio, porém, Pena admitiu, em declaração a *Fórum*, a existência da “Sala de Crise”, que seria “passiva e consultiva... não tem poder nenhum de mandar fazer algo e, ainda mais, ilegal, como uma escuta”.

Marcelo Santos, diretor do Sintusp conhecido como Pablito, observa que tais papéis são reveladores da mentalidade predominante na gestão reitoral: “É uma expressão de nível a que chega essa ofensiva repressiva por parte da Reitoria. Um documento com detalhes de reuniões de diretoria do Sindicato, detalhes de reuniões do Comando de Greve, detalhes das pessoas que falaram, do quadro de greve das unidades, é uma demonstração clara de que estamos sendo monitorados. Está se buscando formas de investigação policialescas, da época da Ditadura Militar”.

Pablito é alvo de dois inquéritos criminais e um processo administrativo-disciplinar no qual também são

acusados outros dirigentes do Sintusp: Neli Paschoarelli Wada, Solange Conceição Lopes Veloso, Nair Maria Pereira e Magno de Carvalho, além de Ana Maria de Araújo Mello e Rafael Ferreira Alves (único estudante em meio à lista de processados). O processo instaurado pelo Gabinete do Reitor sugere demissão por justa causa dos funcionários “com fundamento no artigo 482, ‘a’, ‘b’ (2ª parte) e ‘j’, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”, por terem “atentado contra a liberdade de trabalho”, por “dano qualificado”, “provocação de tumulto” e por “conduta inconveniente”. No entender de Pablito, a gravidade deste processo disciplinar consiste na acusação de que “todos os prejuízos da paralisação, que foi uma atitude coletiva deliberada pelo conjunto dos funcionários, foram de responsabilidade minha e da Solange”.

*Expulso da USP pela Reitoria por haver cometido “ações graves” que não constam da denúncia inicial do processo, Marcus Padraic foi reintegrado ao corpo discente pelo juiz da 10ª Vara de Fazenda Pública, para quem a eliminação do aluno “pode ter eventualmente se revelado desproporcional” em relação às eventuais sanções cometidas*



Assembleia geral de estudantes da USP na Faculdade de Direito, em 24/11

O tipo de alegação empregado pela Reitoria nos processos contra os dirigentes sindicais assemelha-se ao que é imputado aos estudantes “desligados” — vocábulo utilizado por *USP Destaques* 56, em substituição a “eliminados”, talvez porque se tenha entendido a carga fortemente negativa deste último. No dia 17 de dezembro de 2011, Rodas expulsou (“eliminou”) seis estudantes, moradores do Crusp, por meio de despacho publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*: Aline Dias Camoles (ECA), Amanda Freire de Souza (FFLCH), Bruno Belém (ECA), Jéssica de Abreu Trinca (FFLCH), Marcus Padraic Dunne (FFLCH) e Yves de Carvalho Souza (FFLCH), “com fundamento no artigo 249, IV, do Decreto n. 52.906, de 27 de março de 1972 (em vigor por força do disposto no artigo 4º das disposições transitórias do atual Regimento Geral da USP)”. Em consequência, os estudantes per-

deram também o direito de residir no Crusp.

A acusação inicial a esses alunos foi a de terem invadido, em 18 de março de 2010, o espaço do Serviço Social da Divisão de Promoção Social, no Bloco G, da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas). Essa é a única acusação a eles a constar tanto do boletim de ocorrência (BO) 861/2010, registrado no 93º Distrito Policial, quanto na Portaria GCC-06, de 26/3/2010, que instaurou o processo disciplinar na USP. Porém, em sucessivas edições o boletim oficial da Reitoria declara que o processo “não apurou simplesmente a ocupação, mas sim outras ações graves, como desaparecimento de prontuários com informações sigilosas da saúde e da família de alunos da Universidade e de crianças e adolescentes alunos da Escola de Aplicação, além de desaparecimento e danos de patrimônio público” (*USP Destaques* 48, 2011; e 56, 2012).

A despeito de todas essas acusações, Marcus Padraic, estudante de Letras que ficou sabendo de sua expulsão por tal despacho, revela não ter tido qualquer participação na ocupação da Coseas. “Eu não estava lá dentro. O pessoal da Guarda [Universitária] ficou tirando foto de quem estava do lado de fora, só que isso não aparece no processo, até onde eu sei”. Padraic disse não ter conseguido acesso ao processo: “O processo atual parte do seguinte princípio: quem não fez a defesa individual antes, e optou pela defesa coletiva, é automaticamente culpado. Como eu não tinha mais vaga no Crusp, a minha movimentação é muito vigiada. Tinha gente atrás de mim em tudo que era lugar, o porteiro me perguntava a toda hora onde eu estava; então ele certamente tem anotado na portaria o momento em que eu desci, que é posterior à ocupação e ao anúncio dela”.

## CHEFE DE GABINETE PREFERE TERGIVERSAR

A Revista Adusp encaminhou ao professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete da Reitoria, as seguintes perguntas:

1- O sr. confirma a existência de uma “Sala de Crise” comandada pelo diretor da Divisão Técnica de Operações e Vigilância, sr. Ronaldo Pena, no decorrer da greve dos funcionários de 2010?

2- Qual a finalidade da “Sala de Crise”?

3- Existe previsão estatutária para a criação de tal organismo?

4- Quem contratou as pessoas que espionavam os movimentos sociais e entidades representativas? De que rubrica saiu a verba para remunerá-las e a que título?

5- O reitor Grandino Rodas tinha ciência de tais atividades?

6- E-mail enviado ao sr. pelo sr. Ronaldo Pena, em 17 de outubro de 2011, repassa informações relativas a uma reunião do Sintusp, bem como à participação do Sintusp e de estudantes em reunião do Conselho Universitário que ainda estava por acontecer. “Ficaremos

atentos aos movimentos. Alunos e sindicalistas com tons agressivos”, diz ao final o sr. Ronaldo Pena. O que o sr. tem a declarar sobre isso? A “Sala de Crise” foi mantida em 2011?

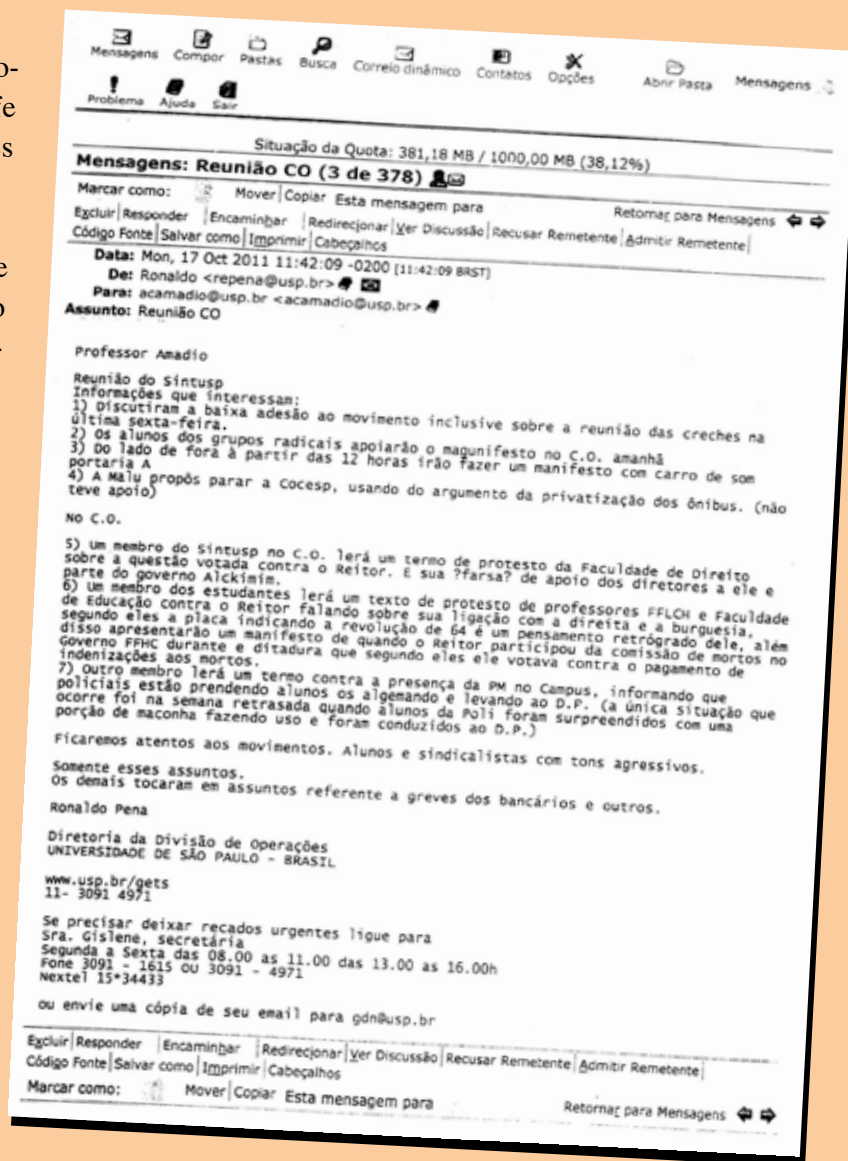
Foram enviadas à Revista Adusp, pelo professor Amadio, as seguintes respostas:

“Perguntas de 1 a 5

Na Universidade não existe espaço físico, sequer um setor destinado para o desempenho de atribuição dessa natureza.”

“Pergunta 6

Recebo, com frequência, mensagens de servidores técnico-administrativos, docentes e alunos. Algumas se reportam a fatos já ocorridos, outras chamam atenção para possíveis ocorrências, que nem sempre se confirmam.”



Segundo Padraic, o critério de seleção da Coseas para vagas no Crusp é bastante duvidoso. Os nomes dos selecionados não são mais divulgados para evitar “constrangimento” do estudante que teve que declarar pobreza em prol daquela vaga. “Se você quiser saber detalhes do processo como aluno, você tem esse direito. Só que eles não abrem mais informações há muito tempo”. Além disso, o parecer técnico (“que no fundo, é a opinião da assistente social”) também suscita dúvidas. “A primeira coisa que ouvi de uma assistente social foi: ‘Você sabe que tem gente que precisa mais do que você, né?’ Eu respondi *na lata*: ‘Eu preciso a ponto de ir embora e perder a minha vaga na faculdade se não puder ficar aqui’”. O estudante é de São José dos Campos (SP).

De qualquer modo, Padraic foi reintegrado ao corpo discente da USP pelo juiz Valentino de Andrade, da 10ª Vara de Fazenda Pública, para quem a eliminação de Padraic “pode ter eventualmente se revelado desproporcional” (em relação às eventuais sanções cometidas), havendo ainda indícios de que o processo administrativo-disciplinar não deu ao aluno condições de defesa. Em nota referente ao teor do *USP Destaques* 56, Aton Fon Filho, advogado que defende Padraic e outros estudantes expulsos, criticou duramente a “divulgação de informações falsas a respeito dos alunos vitimados com expulsão do corpo discente da USP”. As “ações graves” repetidamente



- A ação da PM no Pinheirinho foi tão perfeita que até parece uma obra de arte!

citadas pela Reitoria como motivadoras da eliminação, destaca Fon Filho, não aparecem nos documentos que deram origem ao processo.

Os problemas que envolvem os critérios de seleção pela Coseas, somados ao histórico de crescente redução de vagas no Crusp, desde seu projeto original, que previa concessão de 12 blocos para moradia estudantil (são apenas sete), geraram tensões que desembocaram na ocupação de espaços da Coseas. “O processo que levou à expulsão dos seis é baseado num BO feito pelas chefias da Coseas da época, onde se diz que não é possível identificar quais pessoas participaram do ato de ocupação. Como um BO pode resultar na instauração de processos administrativos? É completamente descabido”, declara Rafael Alves, aluno que é réu na USP em um processo disciplinar e cinco inquéritos criminais.

*Os mais curiosos casos de acusação ao estudante Danilo de Souza dizem respeito ao fato de haver acompanhado uma solicitação de cadeira de rodas de um morador do Crusp (“desacato a funcionário público”) e por retirar e deslocar catraca abandonada do “bandejão” (“furto qualificado”)*

O Regimento Geral da USP considera atos passíveis de eliminação “casos em que for demonstrado, por meio de inquérito, ter o aluno praticado falta consi-



derada grave” (artigo 249, IV), “promover manifestações ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (artigo 250, VIII), “fazer inscrições em próprios universitários, ou em suas imediações, ou nos objetos de propriedade da USP e afixar cartazes fora dos locais a eles destinados” (artigo 250, II). Alves considera-o inaceitável: “Isso é só um dos exemplos de que a transição democrática não foi completada no país. A Universidade, que é o espaço que deveria pensar a sociedade, que deveria refletir sobre essa transição, mantém no seu Estatuto esse entulho da Ditadura Militar. Isso é absurdo”.

Tanto nas publicações da Reitoria como em seguidas declarações à mídia, o reitor Grandino Rodas atribui aos antigos estudantes a responsabilidade pela manutenção, no Estatuto, das normas de viés ditatorial: “Com relação às regras sobre penalidades, constantes das normas internas da USP, lembre-se que, em 1990, por solicitação do corpo discente, deixou-se de revê-las, conforme atas das Comissões e do Conselho Universitário. Assim, as normas disciplinares do Regimento Geral da USP, de 1972, em vigor por força do artigo 4º das disposições transitórias do Regimento Geral, atualmente vigente, foram recebidas pela Constituição Federal de 1988”.

O professor **Ciro Correia**, do Instituto de Geociências, acredi-

ta que tal justificativa é “oportunista”. “Para ter alguma condição de ser legítima, essa mudança [do Estatuto] teria que se dar em outro contexto e não ser regida pela atual estrutura antidemocrática. Num ambiente democrático se faz uma comissão para propor algo minimamente razoável, em termos de como tratar a questão disciplinar dentro da Universidade, seja o que for apresentado pela proposta desse grupo. Em última instância, no entanto, vai ser decidido por quem? Pelo Conselho Universitário, absolutamente ilegítimo, cheio de gente que sequer representa o interesse das unidades, mas das fundações privadas das quais faz parte”, explica **Ciro**, que presidiu a Adusp (2003-2005) e o Andes-Sindicato Nacional (2008-2010). Ele questiona a explicação do reitor: “Você vai ter que contar uma história muito longa para que apareça de fato onde está a responsabilidade de não se ter o regime disciplinar adequado, o Regimento Geral adequado, uma estrutura de poder adequada e principalmente um reitor que esteja à altura que a Reitoria da USP deveria ter”.

**Claudionor Brandão**, membro da diretoria do Sintusp demitido ao final da gestão de **Suely Vilela** na Reitoria, em 2009, é outro que chama atenção para as estruturas de poder da universidade: “Gritar ‘Fora Rodas’ está muito bom, muito bem, mas que seja um Rodas puxando a fila. Por trás dele, há uma burocracia e o que estamos vivendo aqui é uma escaramuça de projetos distintos”, declarou durante ato contra a criminalização

dos alunos.

Um dos alunos com maior número de processos na USP é **Danilo Bezerra de Souza**. O que o diferencia de outros é o fato de que sofreu acusações que, à primeira vista, parecem banais, mas podem acarretar consequências extremas, inclusive expulsão. Por cursar Artes Plásticas na ECA, **Danilo** experimenta diversas formas de expressões artísticas dentro e fora do campus do Butantã. Como projeto de conclusão de curso (TCC), iniciou a gravação de um documentário sobre o Crusp (financiado pela Fapesp), o que implica presenças constantes em reuniões relacionadas à Coseas e à moradia estudantil, bem como nos atos e manifestações fora e dentro do campus. Além disso, o estudante participa de montagens e intervenções artísticas no ambiente universitário.

Esse espírito participativo e engajado, entretanto, acabou lhe rendendo cinco processos criminais, dois administrativos, dois inquéritos policiais e uma sindicância. Os mais curiosos casos de acusação ao estudante dizem respeito ao fato de haver acompanhado uma solicitação de cadeira de rodas de um morador do Crusp (inquérito policial por “desacato a funcionário público”) e por retirar e deslocar catraca abandonada do “bandeirão” (inquérito policial por “furto qualificado”). Igualmente excêntricas são as imputações de depredação do patrimônio público que sofre nos processos administrativos-disciplinares, por atividades triviais como filmar o

Crusp, colocar celofane vermelho em lâmpada do Crusp e tomar parte em pixações. Por participar de um ato contra o processo administrativo, Danilo está ainda sendo acusado de “falta disciplinar grave”.

*A grande diferença entre a gestão Rodas e as anteriores é uma postura “claramente policialesca para tratar os conflitos na USP, que não víamos com essa força e regularidade anteriormente”, opina o professor Ciro Correia. A desarticulação dos movimentos universitários desinibe o conservadorismo*

A sindicância, por sua vez, foi aberta por ele haver entrado no campus, para ter acesso à sua moradia, sem a identificação de aluno. Quanto aos processos criminais, todos têm claro cunho político, pois os crimes de que é acusado são os de freqüentar reuniões abertas no Crusp, freqüentar a moradia retomada do Coseas, filmar ocupação da Reitoria etc.

Todos esses processos ao longo dos últimos anos, conta ele, rendem-lhe prejuízos na vida acadêmica e representam uma des-

## TRECHOS DO R

**29/4** “Os alunos marcaram um fórum para o dia 4/5. Saímos da USP às 23h30 e nenhum outro movimento foi registrado na sede do Sintusp ou outro ponto do campus. Um pessoal desconhecido tem recomendado ao Sindicato arrumar fatos que “incendeiem” a greve”.

**1/5** “Adentramos na unidade da USP Butantã com certa dificuldade, já que era feriado e estava fechada, podendo acessar apenas alunos e funcionários com credencial. Burlada a segurança pelo HU por onde se entra livremente com qualquer argumento (depois saímos e entramos pela favela onde o acesso está abandonado com muitos usuários de crack)”.

**4/5** “Adentramos em um colóquio de literatura (palestra) restrito aos alunos do curso no prédio da FFLCH por volta das 10h00. Pouco se falou sobre a greve, parece tudo normal. Os alunos que incitam são aqueles dos movimentos conhecidos, LER e PCO, entraram no local e foram banidos pelos outros”.

**5/5** “Dia da greve. Cheguei na USP por volta das 5h15 e percorri os prédios do Crusp, FFLCH e Portaria 1, nos encontramos com membros da Sala de Crise para informações. O ambiente estava tranqüilo. (...) O movimento está totalmente artificial. Só os locais conhecidos parados. Nas unidades o Sintusp só tem ascendência se existem funcionários adeptos. E também se a unidade não é estratégica e com alunos que não apóiam o movimento o Sintusp nem chega perto”.

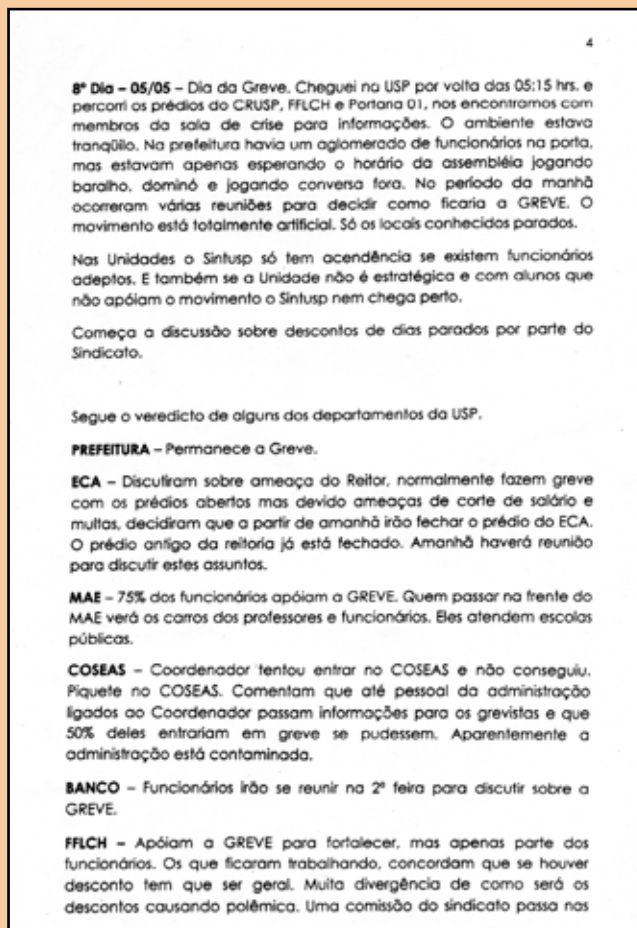
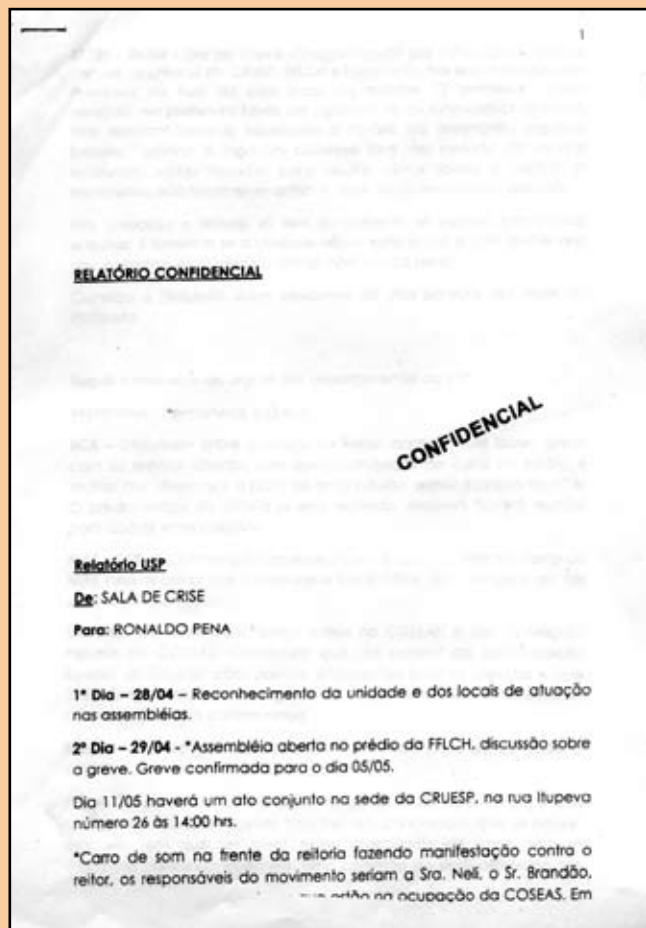
**14/5** “Conseguimos as informações da assembléia da Adusp com a secretária do professor João Zanetic”.

**16/5** “Hoje o dia também foi tranqüilo. Para entrar na USP tivemos que burlar a segurança pelo portão da favela (local complicado). Os vigilantes têm medo de ficar no local sem proteção, muitos estudantes compram drogas no local, incluindo [sic] médicos e funcionários do HU. Na semana passada com as nossas informações a Guarda acho que fez uma operação com a PM e ajudou, os caras sumiram, mas voltaram de novo e agora parece que está pior”.

**18/5** “Ocorreu novo ato unificado na sede do Cruesp. (...) Em um momento da manifestação, a sra. Neli começou a dizer sobre as empresas terceirizadas. Disse sobre a EVIK e que o sr. Ronaldo Pena é o dono desta empresa”.

**19/5** “Assembléia geral de greve. (...) Comando de greve - Fizeram uma avaliação rápida. A necessidade de ampliar e radicalizar a greve, ou seja, aparecer na mídia para conseguir apoio político, já que este é um ano eleitoral. Atrair a polícia e manchar a USP de novo no noticiário”.

# RELATÓRIO CONFIDENCIAL (2010)



**23/5** “No domingo não conseguimos adentrar na Universidade pois uma funcionária da EVIK chamada Dora não permitiu nosso acesso”.

**24/5** “Ocorreu uma assembleia em frente à Prefeitura com carro de som. O sr. Brandão estava chamando os funcionários para chegarem às 5h00 para o ato de fechamento da Reitoria com piquete. O professor Massola disse no carro de som que concorda com a greve e que o ponto foi cortado pelo reitor. Se comprometeu a conversar com o reitor sobre desconto parcelado dos dias parados e reposição. Ao professor sair [sic] os manifestantes debocharam dele e do guarda-costa”. (...)

**25/5** “Fechamento da Reitoria. Chegamos na USP às 4h00, mas só conseguimos adentrar na Universi-

dade às 5h00 quando abriram os portões. A Guarda fez uma operação na favela. O Sintusp mandou uma nota para a imprensa dizendo que a PM entraria no campus para impedir o ato sindical na Reitoria. Por volta das 5h20 começaram a chegar membros da greve [sic], como funcionários, alunos e representantes do Sindicato. A imprensa chegou em peso. A Globo e a Record estavam com carro de transmissão, carros da Rádio Capital, Rádio Bandeirantes e *O Estado de S. Paulo*. Às 6h45 o sr. Magno deu entrevista à Rede Globo. Às 6h56 o sr. Brandão começou a falar no carro de som. Às 9h30 iniciou-se a assembleia da Reitoria e foi aprovada a greve por maioria dos funcionários da unidade e aprovada a permanência do prédio fechado até o final das negociações”.

gastante punição: “Exigem desprendimento de tempo, dinheiro e energia mental. A punição é atrapalhar as atividades acadêmicas e extra-acadêmicas, impedir meu empenho nas atividades que venho desenvolvendo, a quase inviabilização dos estudos universitários”. Mas, a despeito da pressão constante, a média geral de Danilo na USP é de 9,4. O maior dano é de ordem psicológica: “Esse quadro de tensão criado por essas perseguições me fez procurar ajuda psicológica. Há um ano estou em tratamento. É um agravante para as pessoas que têm já alguma predisposição a afetações emocionais. Em alguns momentos entrei em estado de ansiedade crônica, meus amigos entraram em depressão”, lamenta.

Rafael Alves também assume que se torna cada dia mais difícil viver em meio às pressões e processos. “Eu vivo com medo aqui. Depois de estabelecer o convênio com a polícia, parte da Guarda Universitária, aliada ao Ronaldo Pena, ficou mais truculenta. Tenho medo de andar sozinho e acontecer qualquer coisa comigo”. O estudante conta que já teve acesso a relatórios da Coseas referentes a ele que expunham desde suas participações em assembleias e atos políticos até detalhes da vida pessoal, como a que horas havia dormido, quem o visitou etc.

Inicialmente procurada para prestar esclarecimentos sobre o episódio de ocupação da Coseas — por exemplo, se haveria alguma intenção de aumento de nú-

mero de vagas no Crusp diante da demanda crescente; se houve tentativa de diálogo com os estudantes; se o decreto 52.906/72 não estaria ultrapassado — a Reitoria da USP, mais uma vez, preferiu não estabelecer contato com a *Revista Adusp*.

O professor César Minto, vice-presidente da Adusp, compara a atual gestão da Reitoria às antecedentes. “Essa gestão está exacerbada em relação às anteriores, em especial a do professor [Adolpho] Melfi, a ponto de estarmos vivendo situações-limite hoje. Rodas encarna o que há de mais conservador e também a intolerância a qualquer resistência existente na Universidade”. Thiago Aguiar, do DCE, contesta as alegações do reitor a propósito da expulsão dos alunos: “Eles não são suficientes para desfazer a plena impressão de que se trata de um processo puro e simplesmente arbitrário para punir aqueles que se organizam e reivindicam mudanças na Universidade”.

Na opinião do professor Ciro Correia, a grande diferença entre a gestão Rodas e todas as anteriores é uma postura “claramente policialesca para tratar as questões e os conflitos na Universidade, que não víamos com essa força e regularidade anteriormente”. Ele considera a falta de articulação entre os movimentos universitários (estudantes, docentes e funcionários) um dos fatores que facilita a desenvoltura do conservadorismo: “As dificuldades que a gente enfrenta são enormes.

Vivemos hoje um momento de esgarçamento. Temos um Estado supostamente democrático, de que as pessoas se valem para adotar uma atitude absolutamente policialesca e injustificável na sociedade em geral e, em particular, na Universidade”.

Não é de hoje que a Universidade de São Paulo (USP) vive momentos de tensão. Historicamente, sempre se fez presente o controle ideológico da Reitoria sobre a comunidade universitária, especialmente por meio de perseguições políticas com o objetivo de colaborar com a aniquilação dos opositores da Ditadura (vide a instalação da AESI no próprio Gabinete do Reitor durante a gestão de Miguel Reale, 1969-1973) e de desmontar o movimento interno de democratização da universidade.

Nos meses de março e abril, esse cenário opressivo ganhou mais tons carregados. Primeiro, quando foi anunciada a nomeação de três coronéis reformados da PM para chefiar a recém-criada Superintendência de Segurança (“SS”?) da universidade (deslocando o onipresente Ronaldo Pena, agora reduzido à condição de “assessor” do novo órgão). Segundo, quando os 73 estudantes presos em 2011 na desocupação da Reitoria e os 12 detidos na reintegração do Coseas em 2012 passaram a receber mandados de “citação e intimação” e portarias do reitor dando-lhes ciência de que estão sendo processados e sujeitos à pena de “eliminação” da USP.